

Íntegra da resposta da Funai e do Ministério dos Povos Indígenas

O Governo Federal defende que a proteção dos povos indígenas passa necessariamente pela garantia de seus territórios. Nesse sentido, o fortalecimento institucional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a criação do Ministério dos Povos Indígenas são decisões de governo imprescindíveis para a promoção e a execução de uma política indigenista permanente, articulada e capaz de assegurar os direitos previstos na Constituição Federal.

Uma das prioridades do Governo Federal desde 2023 foi a retomada da política de demarcação de Terras Indígenas, após anos de paralisação. Desde o início da atual gestão, foram homologadas 20 Terras Indígenas, que somam mais de 3,2 milhões de hectares, além da assinatura de 21 portarias declaratórias, abrangendo outros 1,5 milhão de hectares. Também foram constituídas 31 Reservas Indígenas, totalizando cerca de 86 mil hectares, e 18 territórios indígenas foram delimitados, totalizando 7,5 milhões de hectares.

Além disso, foram reativados 51 grupos técnicos responsáveis por estudos de identificação e delimitação, com 160 grupos técnicos em curso na atual gestão. Esses números demonstram que a retomada da política de demarcação envolve diferentes etapas administrativas e técnicas, que precisam ser concluídas para que os territórios avancem até a homologação e a regularização definitiva.

A garantia territorial também é acompanhada de ações de proteção e combate às invasões e às atividades ilícitas. Até o momento, 12 Terras Indígenas passaram por processos de desintrusão, beneficiando diretamente mais de 67 mil indígenas e contribuindo para a proteção de 27,5 milhões de hectares.

A redução da violência contra os povos indígenas exige uma atuação permanente e articulada do Estado, que combine demarcação e proteção territorial, enfrentamento às invasões e às atividades ilícitas, fortalecimento dos órgãos públicos e responsabilização dos autores de crimes. É nesse conjunto de políticas que o Governo Federal tem concentrado esforços para garantir, na prática, os direitos assegurados pela Constituição aos povos indígenas.